



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa de Unidade Curricular

- Ano Lectivo 2007/2008 -

Faculdade

Ciências Humanas e Sociais

Licenciatura

Relações Internacionais

Unidade Curricular

Ideias Políticas no Mundo Ocidental

Ano: 1º

Tipo: 1º Semestre

Nº ECTS: 6

Regente

Prof. Doutor Joaquim de Carvalho

Assistente

Dr.ª Patrícia Vitoria Pichler Daehnhardt

Carga Horária Lectiva Semanal

Aulas Teóricas: -

Aulas Teórico-Práticas: 2

Orientação Tutorial: 1

Língua de Ensino

Português

Objectivos Gerais

Conhecimento do fenómeno político e dos valores universais do homem, tais como a liberdade, a igualdade, a justiça e a segurança como metas a atingir pelo ser humano que, para o efeito, constituiu sociedades políticas organizadas. Sendo o bem comum, ou outras expressões como salus populi, o interesse comum, o bem do Estado, o bem do país, a razão do aparecimento do Estado e o seu objectivo principal, especificaremos o seu conteúdo de acordo com a reflexão filosófica, desde os gregos até aos nossos dias. Longe de nos refugiarmos nos modelos teóricos que tem defendido como tarefa principal do Estado a instauração da liberdade, da igualdade, da justiça, do fim da luta de classes, do prestígio da nação, da pureza da raça ou do estado de direito a razão do aparecimento do Estado, procuraremos debruçarmo-nos sobre a acção política concreta.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Objectivos Específicos

Através dos diferentes autores que estudaram o fenómeno político compreender a estrutura, funcionamento e acção concreta, ao longo dos tempos, das diferentes unidades políticas.

Competências a adquirir

Com base nos conhecimentos adquiridos, compreender o fenómeno político e prospectivar a sua hipotética evolução.

Capacidade para investigar e para aprender de uma forma independente e autónoma.

Saber comunicar nas formas escrita e oral.

Metodologia de Ensino

A unidade curricular compõe-se, no essencial, da exposição do professor que procurará situar a obra dos autores estudados no contexto histórico e intelectual da época em que viveram. Os estudantes terão uma parte activa na aprendizagem, através de questões, comentários e exposições orais e escritas.

Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático

t. I. O que é a política

1. Valores universais do homem
 - A liberdade
 - A igualdade
 - A justiça
 - A segurança
2. O fenómeno político – aparecimento, estrutura, evolução e objectivo
3. Essência do fenómeno político. Para Aristóteles era a arte de governar a cidade-estado (Polis), a administração da coisa pública, a liberdade e independência da cidade em relação a qualquer outro poder vindo de fora.
4. Modelos teóricos e acção política
 - Monarquia
 - Aristocracia
 - Democracia
5. O bem comum como objectivo específico do fenómeno político
6. As políticas do Estado tendo em vista a concretização do bem comum.

II. Exercício do poder e liderança política

1. Grécia

a. Platão

Estado ideal

Os regimes políticos existentes



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

O gosto pela ordem, pela hierarquia e pela tradição sustenta a monarquia

O desejo de pertencer a um grupo e de o favorecer gera a oligarquia

O desejo de enriquecer é a base do regime oligárquico.

O sentimento de fraternidade, igualdade e solidariedade – democracia

O temperamento colérico de certas personalidades – tirania

Sentimento (instável, volátil e inconstante) – gerador de guerras

Educação - despertar a alma (apetite, coragem, razão)

A justiça – **Os** indivíduos devem exercer na sociedade uma função de acordo com as inclinações naturais:

Coragem – guerreiros

Apetite – trabalhadores

Inteligência e razão - o governo

A sociedade justa é a que proporciona o lugar exacto a cada um, de acordo com os seus merecimentos.

O rei filósofo deve governar por ser o que mais próximo se encontra das ideias do bem, do belo e do justo.

b. Aristóteles:

Classificação dos regimes de acordo com o número dos que exercem o poder:

Monarquia - O poder é exercido por um só, o qual governa segundo a tradição e os costumes. Um desvio a estes princípios dá lugar à tirania.

Aristocracia - O poder é confiado aos melhores. Uma forma deturpada do poder aristocrático é a oligarquia em que o poder é exercido pelos ricos.

República - regime de todos, sendo a Democracia uma deturpação do regime republicano.

O poder não deve ser exercido pelo cidadão (agricultor, artífice ou comerciante), mas pelas pessoas cultas da cidade.

2. Império Romano.

Sistemas políticos:

A monarquia

A República



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

A ditadura de Sila O Império

Ideias políticas:

Políbio

Políbio defende um regime misto que combina a monarquia, com a aristocracia e a democracia, em que os cônsules representam a monarquia, o senado a aristocracia e os comícios tribunícios a democracia. A decadência de um destes regimes seria compensada pela existência dos outros dois, o que explica a grandeza de Roma. Assim, não se pode afirmar que o poder em Roma é monárquico, aristocrático ou democrático. Com efeito, se considerarmos o poder dos cônsules, o regime será monárquico, se atendermos ao poder do Senado, ele será aristocrático, mas se tivermos em consideração os comícios tribunícios, ele será democrático.

Cícero

Assim como o piloto tem por fim uma navegação feliz, o médico a saúde, o general comandante-chefe a vitória, o homem colocado à frente do Estado propõe-se como fim a felicidade dos cidadãos. Quer que a sua vida se apoie em recursos seguros, que seja abundantemente provida de bens materiais, se desenvolva gloriosamente e seja embelezado pela justiça (De Re Publica. I, XXV, ed Garnier, p. 45).

O agrupamento dos homens no Estado não se deve à fraqueza mas a uma espécie de instinto gregário natural, dado que o género humano não foi feito para o isolamento e para a vida errante.

3. Idade Média

Com a derrocada do império romano e a ascensão do cristianismo, assiste-se a uma fragmentação e descentralização do poder, sendo a Igreja a única autoridade e elemento de união. Detentora do pensamento político greco-romano, a Igreja guarda e transmite ensinamentos sobre os fundamentos do poder, as formas de governo, os deveres do cristão para com o poder político e as relações entre a Igreja e o Estado.

Império de Carlos Magno.

Todo o poder e legitimidade dos governantes para governar provinha de Deus, devendo por isso o povo obedecer e subordinar-se ao poder constituído.

Sacro Império Romano-Germânico. (Otão o grande, 962). Devido à insegurança verificada com a derrocada do Império Romano, a Igreja procura protecção junto do poder secular O poder temporal para o Imperador e o poder espiritual para o Papa, estando o poder espiritual subordinado ao poder temporal.

Quem detém e deve exercer o poder - o Papa ou o imperador e os reis?

A questão das Investiduras

a. Os teocratas

O poder temporal estava dependente do espiritual.

Santo Agostinho defende, na *Cidade de Deus*, que a Igreja tinha legitimidade de jurisdição sobre a sociedade política e, por conseguinte, o poder só seria perfeito se fosse atribuído a um príncipe cristão.

Defende ainda que se não houvesse pecado e se os homens fossem todos justos, o Estado



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

não seria necessário. A propriedade era de direito positivo e não natural, assim como a escravidão era uma consequência do pecado original o qual havia perturbado a natureza humana. Na sociedade política, a harmonia social só poderia ser conseguida, mediante a conformação cristã de quem é escravo e a caridade de quem é amo.

b. Os estatocratas

Santo Tomás de Aquino

Como pensador político, Santo Tomás trata das origens do poder e dos fins do Estado, do bem comum, da natureza das leis, do direito de resistência às injustiças, das formas de governo e das relações entre o Estado e a Igreja.

Tanto o poder temporal como o espiritual haviam sido instituídos por Deus, autor e a fonte do poder do Estado. E embora a autoridade da Igreja fosse superior em matéria espiritual, o poder do Estado não estava subordinado ao poder da Igreja, como defendia Santo Agostinho. A natureza humana tinha fins terrenos pelo que necessitava de uma autoridade social, devendo o Estado servir a comunidade e promover a moralidade e o bem-estar dos cidadãos.

Marcílio de Pádua, 1324, criticou a Igreja por pretender exercer o poder temporal. O Papa devia restringir-se às questões espirituais, éticas e morais dos cristãos, já que *O reino de Cristo não era deste mundo*. A fonte das instituições era o Legislador humano (corpo de cidadãos livres que compunham o reino) que delegava o governo num príncipe.

4. Idade moderna

No século XV e XVI, assiste-se, na Europa, a uma centralização do poder e ao surgimento das monarquias nacionais e nos séculos XVII e XVIII verifica-se um reforço do poder real, conhecido por despotismo iluminado.

Para Maquiavel, em *O Príncipe*, as questões políticas não eram da esfera da Igreja, mas do Príncipe. Maquiavel teve um enorme impacto na história das ideias e na acção política, sendo *O Príncipe* ainda hoje considerado uma obra de referência e de grande actualidade.

Thomas Hobbes, em *O Leviatã*, trata da passagem do estado da natureza (guerra civil) para a sociedade civil através do contrato social em que as liberdades naturais foram transferidas para um só homem: o rei. O soberano, no sentido de zelar pelo bem geral da comunidade, podia impor a sua vontade. Não existia direito de propriedade, direito à vida ou liberdade que não fossem garantidos pela autoridade real.

Jean Bodin em *Os Seis Livros da República*, aborda o absolutismo monárquico e o poder soberano dos reis.

5. Idade Contemporânea

a - O liberalismo

Corrente do pensamento político que defende a liberdade individual, a liberdade de expressão, a propriedade privada, a concorrência económica e o primado da lei. O poder não é de origem divina, mas reside nos cidadãos que o delegam no soberano através de eleições livres. Surgem as constituições escritas, votadas pelos Parlamentos e adopta-se o sufrágio censitário, cabendo ao Estado a garantia da propriedade privada e da liberdade. O essencial das ideias liberais remonta à Antiguidade clássica, mais precisamente a Aristóteles e a Cícero, à Renascença em que se contesta a autoridade das Igrejas, à



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Revolução inglesa de 1648, em que os Whigs defendem o direito de os povos poderem escolher o seu próprio rei e ao movimento conhecido por iluminismo dos finais do século XVIII, em que destacam autores como John Locke, Montesquie, Rousseau., Adam Smith e Jean Baptiste Say.

Montesquieu

Motesquieu, em *L'Esprit des Lois* trata da natureza humana, da liberdade política, das leis naturais, da justiça e das formas de governo e defende, em reacção ao despotismo monárquico, a divisão do poder em poder legislativo, executivo e judicial.

Rousseau,

Em o *Du Contrat Social*, Rousseau trata do estado de natureza, da liberdade individual e do contracto social e defende que a legitimidade do poder tem por base a vontade geral.

Paine

Paine, em *O Comon Sense*, insurge-se contra o despotismo monárquico britânico e exige do Estado uma assistência aos destituídos, com fundos provenientes dos impostos cobrados pela Coroa e dos privilégios detidos pelos aristocratas.

John Locke.

John Kocke critica o absolutismo monárquico e defende a liberdade e a igualdade como valores inerentes a todo o ser humano e a tolerância e o bem estar como fins do homem.

c. O Socialismo.

As diferentes ideias socialistas, em que o expoente máximo é Karl Marx surgem em reacção às desigualdades económicas e sociais provocadas pela Revolução industrial. Marx, em *O Capital* e *O Manifesto do partido comunista* critica o capitalismo e a sociedade burguesa e, como solução, aponta a tomada do poder pelos trabalhadores, a ditadura do proletariado, a transferência dos meios de produção da classe capitalista para a colectividade e o desaparecimento do Estado. Com este objectivo é criada em 1864 a Primeira Internacional. O primeiro Estado socialista surge em 1917 na Rússia e estende-se a outros países após a segunda Guerra Mundial.

A Revolução russa. O marxismo-leninismo. Os regimes comunistas após a Segunda Guerra Mundial.

d - A Social-democracia

As classes dominantes, formadas pelos grandes grupos económicos, os bancos e os latifundiários controlam a vida parlamentar e as principais instâncias do poder. Cabe às classes trabalhadoras, emergidas da Revolução industrial, organizarem-se em partidos políticos e conquistar o poder através do processo eleitoral e não pela via revolucionária, como defendem os socialistas.

e - Os anarquistas

Segundo os anarquistas, as classes dominantes utilizam o poder do Estado para oprimir os menos favorecidos. Defendem um modelo político baseado em consensos e na cooperação de indivíduos livres e autónomos.

f -O Fascismo

. O poder deve ser confiado ao Duce, para acabar com a anarquia comunista e a instabilidade própria do parlamentarismo. A sociedade deve organizar-se em corporações.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

g - O nazismo

O nazismo surge e aumenta o número dos seus adeptos em reacção à situação política e económica vivida na Alemanha no período de entre as duas guerras. O Führer deve governar o Estado

H - O populismo

O poder, detido pelas oligarquias nacionais associadas aos interesses económicos da Europa e dos Estados Unidos, deve ser confiado e exercido pelo caudilho com vista à autonomia política e económica do país.

i. A democracia cristã.

Análise do modelo político proposto pelos democratas cristãos em que se realça, com base nos princípios cristãos, a liberdade, a solidariedade e a justiça.

j -As democracias modernas.

Nas democracias modernas, o poder reside no cidadão de ambos os sexos, sem qualquer discriminação social, religiosa ou económica.

Análise dos principais autores contemporâneos, críticos do comunismo e das democracias, nomeadamente Karl Popper em *A sociedade aberta e os seus inimigos*, Friedrich August von Hayek em *The Fatal conceit: or the errors of socialism* e Isaiah Berlin em *Two concepts of Liberty*.

Bibliografia Principal

Autor(es) .,

Chevallier J.J.,

Título.

. Histoire de la pensée politique

Local

Paris

Editora

Payot

Ano

1993

Autor(es)

Freitas do Amaral, Diogo

Título

História das Ideias Políticas Vol. I e II

Edição

1ª Edição



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Local

Coimbra

Editora

Almedina

Ano

1998

Bibliografia Complementar

Autor(es)

CHATELET, FRANÇOIS e outros

Título

Dicionário das Obras Políticas

Edição

1ª Edição

Local

Rio de Janeiro

Editora

Editora Civilização Brasileira

Ano

1993

Autor(es)

TOUCHARD, JEAN

Título

História das Ideias Políticas 4 vol.

Edição

1ª Edição

Local

Lisboa

Editora

Publicações Europa-América



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ano

Metodologia de Avaliação Contínua / Elementos relevantes

- § nota das frequências e exames finais
 - § notas dos trabalhos individuais ou de grupo
 - § registo das intervenções escritas ou orais durante as aulas
-
-

Recursos Didáticos

- § colectânea de textos
- § biblioteca didáctica da cadeira
- § arquivo de artigos e notícias relevantes
- § pesquisa na Internet sobre os diversos temas

Palavras-chave

Teorias, Política, História, Ocidente.

J. de Carvalho